



XII Conselho Consultivo Alargado

**Discurso de Sua Excelência Dr. Rui Jorge Carneiro Mangureira,
Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.**

Luanda, 27 de Abril de 2017



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

**Sua Excelência Senhor Governador Provincial de Luanda,
General Higinio Carneiro**

Excelência Sr. Provedor da Justiça, Dr. Paulo Tchipilica

Excelências Srs Secretários de Estado

Digníssimo Procurador Militar Adjunto das FAA

**Mui Ilustre Bastonário da Ordem dos Advogados de
Angola**

Srs. Magistrados Judiciais e do Ministério Público

**Prezados Directores do Ministério da Justiça e dos
Direitos Humanos**

**Prezados Delegados Provinciais da Justiça e dos Direitos
Humanos**

Distintos Convidados

Minhas Senhoras e Meus senhores,

Em primeiro lugar, queremos agradecer a presença do Senhor Governador de Luanda, **General Higinio Carneiro**, que muito nos honra e cumprimentar todos os participantes a este magno evento.



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

O **XII Conselho Consultivo** ocorre num momento em que o sector da justiça reflete sobre grandes linhas de orientação estabelecidas no programa do Executivo 2012-2017, a nível dos mais variados serviços do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, e deverá fazer uma análise sobre os grandes desafios da Justiça.

É nesta reunião anual onde os principais operadores da justiça tem a oportunidade de apresentar os resultados alcançados, alinhar a estratégia do sector a nível nacional, traçar os objectivos a atingir, fiscalizar o trabalho e sobretudo promover a união e a harmonia na conquista de uma justiça cada vez mais próxima do cidadão.

Os ***Desafios e Perspectivas do Sector da Justiça e dos Direitos Humanos***, lema deste Conselho Consultivo, exigem de nós a redefinição dos métodos de trabalho e um maior rigor na gestão dos nossos objectivos. É fundamental organizarmos os nossos objectivos, colocando sempre as necessidades dos cidadãos e utentes em primeiro lugar.



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Antes de mais, quero que façamos um balanço do grau de cumprimento das recomendações e conclusões do XI Conselho Consultivo, as recomendações do Fórum Nacional sobre os Serviços de Justiça, assim como o balanço dos últimos 5 anos e uma análise aprofundada sobre as perspectivas do sector da justiça.

No último ano podemos destacar um trabalho profundo que teve como desiderato, efectuar um amplo diagnóstico sobre as necessidades do sector em matéria de infraestruturas, recursos materiais e humanos e o estabelecimento dos nossos serviços de acordo com o número de habitantes por localidade. Foi também consolidado o projecto de controlo e centralização da receita emolumentar na área dos Registo, Notariado e Identificação, havendo ainda a necessidade de concluí-lo no sector judicial.

Entretanto, ainda estamos longe de cumprirmos com algumas recomendações que dependem essencialmente da nossa condição financeira. Neste caso, quero destacar a expansão do GUE e a abertura de novos postos de bilhete de



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

identidade e registo civil.

No último quinquénio, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos apresentou várias propostas para a aprovação de novos diplomas legais, nomeadamente no que concerne a matérias sobre organização judiciária, penal, cível, branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, registo e notariado, administração e organização da justiça, acesso ao Direito e à Justiça.

A Lei n.º 2/ 15 de 2 de Fevereiro de 2015, sobre a Organização e Funcionamento dos Tribunais de Jurisdição Comum, que prevê a implementação de um novo mapa judiciário, está a ser implementada gradualmente, tendo em conta a estratégia de formação dos operadores de justiça, de modo a garantir respostas céleres e eficazes aos cidadãos, exigindo deste modo maior responsabilização e independência dos magistrados, maior rigor na aplicação da lei e uma melhor celeridade na gestão processual.

No entanto, deve ser salvaguardado que os Tribunais participem na elaboração do seu orçamento e terem a faculdade de gerir os recursos que lhe são alocados.



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

Tal deve acontecer de modo a assegurar uma regulação adequada da autonomia financeira dos Tribunais em conformidade com o princípio constitucional e que contribua para a coerência interna do ordenamento jurídico e para o reforço do rigor orçamental.

Por conseguinte, impõe-se a aprovação de legislação que deverá definir os termos da autonomia administrativa e financeira dos Tribunais e os mecanismos de comparticipação do poder judicial no processo de elaboração do seu orçamento.

Verificada que foi a necessidade de assegurar aos cidadãos o acesso à Justiça independentemente da sua condição económica, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos promoveu e está a disponibilizar mecanismos alternativos para a Resolução Extrajudicial de Conflitos, por via do CREL, em Luanda.

Para este efeito, a principal prioridade é a capacitação dos técnicos neste domínio e a institucionalização da Defesa Pública e a promoção da Arbitragem, como meio mais céleres



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

e eficazes de resolução de litígios, de modo a estendermos este serviço a todas as províncias do nosso país.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Gostaria antes de mais de realçar alguns aspectos que me parecem relevantes:

Primeiro: O Ministério da Justiça é responsável por 520 infraestruturas e 662 serviços de justiça, em todos os municípios do país, e temos perto de 40 Tribunais, Municipais e Provinciais. Apesar destes números parecerem substanciais, não há capacidade para corresponder às expectativas de toda a população. Assim é urgente que a modernização dos serviços seja implementada de forma gradual, mas sem deixar de ser incisiva e eficaz na concretização dos objectivos propostos.

Segundo: Na última actualização feita no passado mês de Março, verificamos que o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos tem 8.883 funcionários por todo o país, sendo que 4.319 são Mulheres e 4.564 são homens.



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

Este número deixa-nos particularmente satisfeitos porque demonstra uma paridade do género na nossa instituição.

No entanto, nos últimos anos o Gabinete de Recursos Humanos realizou o processo de promoção em que foram beneficiados 3.775 funcionários do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos em todo o país. Não obstante, passados quase três anos, cerca de 5.086 funcionários estão na condição de estagnação na carreira pelo facto de ostentarem categorias de topo.

Esta preocupação fundamental dos oficiais de Justiça nos distintos níveis, assim como o quadro normativo actual, recomendam uma abordagem mais alargada, no sentido de serem removidos tais obstáculos.

Em virtude disso, devemos analisar a questão do reajustamento gradual das carreiras do regime especial dos oficiais de justiça, de modo a permitir maior fluidez na progressão dos funcionários nas carreiras da base, para as carreiras de topo. É absolutamente necessário por parte do Estado, uma mobilização de meios financeiros



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

para que possamos atingir este desiderato.

Terceiro: No âmbito da formação profissional, alinhado ao Plano Nacional de Formação de Quadros, iniciou-se um amplo programa de capacitação técnica.

Assim sendo, **483 funcionários já beneficiaram de programas de formação.** Foram ministrados cerca de 30 programas em matérias como custas judiciais, liderança, secretariado executivo, contabilidade pública, registo e notariado, ética no serviço público, entre outras.

Consideramos que é fundamental continuar a formar os nossos técnicos, para que possamos agregar valor à nossa instituição e temos a plena convicção que quanto melhor formarmos e capacitarmos os nossos funcionários, melhor será o seu desempenho profissional e maior será a satisfação dos nossos utentes.

Quarto: A nível do registo de nascimento, entre 2013 e 2016 foram efectuados **4.246.386** (Quatro Milhões Duzentos e Quarenta e Seis e Trezentos e Oitenta e Seis) **assentos de**



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

nascimento.

No âmbito do programa **Nascer Com Registo, em parceria com instituições internacionais**, estão em funcionamento **56 postos** de registo civil nas unidades hospitalares com serviços de maternidade ou salas de partos nas províncias do Uíge, Luanda, Huíla, Kwanza Sul, Malanje, Bié e Moxico.

Em matéria de Identificação, de 2013 a 2016, emitimos **6.784.850 (Seis Milhões, setecentos e oitenta e quatro e Oitocentos e cinquenta)** Bilhetes de Identidade, e **3.447.408 (Três Milhões Quatrocentos e Quarenta e Sete e Quatrocentos e Oito)** Registos Criminais, tendo ultrapassando a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Desenvolvimento. A base de dados do Bilhete de Identidade conta actualmente com **8.729.371 (Oito Milhões Setecentos e Vinte e Nove e Trezentos e Setenta e Um)**.

Quinto: A nível nacional **foram constituídas mais de 122.000 (Cento e Vinte e duas) empresas, havendo uma maior incidência na província de Luanda.**



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

Esperamos em breve estender o **Guiché Único da Empresa** as restantes províncias do país. No domínio do BUE´S consideramos que houve uma melhoria na gestão dos serviços, fruto de um amplo trabalho com os governos provinciais.

Sexto: No âmbito do **projecto de desburocratização do processo de constituição de empresas, efectuamos a simplificação dos procedimentos, tendo sidos eliminados três passos e reduzimos os custos deste processo em cerca de 97%, ou seja, anteriormente constituir uma sociedade por quotas custava o equivalente em Kwanzas a 2.300 USD e hoje custa apenas 12.000 Kwanzas.**

Esta medida impõe-nos desafios de adaptação dos serviços e de busca de alternativas de financiamento ao seu funcionamento, mas também permite que hoje a constituição de uma empresa esteja ao alcance de todos os empreendedores.

Ainda neste domínio, faremos amanhã, o lançamento do Portal de Serviços e Directório das Sociedades Comerciais e Empresas, onde o cidadão vai ter acesso a documentação



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

necessária para constituição da sua sociedade de forma imediata.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Em Outubro de 2016, Institucionalizamos o Fórum com a Sociedade Civil, que abre uma nova era no relacionamento entre o Estado e os nossos parceiros da sociedade civil.

No passado mês de Fevereiro de 2017 realizamos o Fórum Nacional sobre os Serviços de Justiça, conferência onde os cidadãos, funcionários e sociedade civil em geral, foram chamados para nos dar a sua visão sobre o nosso sector, tendo sido bastantes incisivos sobre as nossas insuficiências, resultando inclusive propostas para um melhor desempenho da Justiça.

Consideramos que estas iniciativas de auscultação à sociedade civil, devem por isso, realizar-se de forma regular de modo a possibilitar um melhor entendimento na relação com os cidadãos, na medida em que estes são os grandes destinatários da nossa acção.



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos tem levado a cabo medidas para divulgação, promoção, defesa e garantia dos Direitos Fundamentais da pessoa humana, integrando e assinando protocolos e convenções para a efectivação destes direitos consagrados Constitucionalmente.

Estão em pleno funcionamento os Comitês de Direitos Humanos, em todas as províncias do país, com o objectivo de promover e proteger os direitos fundamentais dos cidadãos onde quer que eles estejam.

O Estado Angolano tem defendido, em média, um Relatório por ano, nos Fora internacionais, nomeadamente Nações Unidas e União Africana, onde tem sido amplamente aplaudido pelas conquistas alcançadas em matéria de Direitos Humanos e como consequência, têm sido também observadas as mais variadas recomendações saídas dos mesmos.

No plano da defesa dos direitos humanos, vamos continuar a intensificar o trabalho da comissão Contra o Tráfico de Seres Humanos, para que, desta forma possamos combater



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

vigorosamente este flagelo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Estamos conscientes que há muitos desafios a nível social e foi com esta preocupação que dinamizamos a acção da Caixa de Previdência da Justiça, com vista a dar resposta às questões relacionadas a saúde, habitação e protecção social dos quadros da justiça.

Todo o trabalho preconizado, não será realizado se não houver ética, deontologia profissional e brio da parte de todos nós, quero com isto dizer, que é cada vez mais necessário que no desempenho das nossas tarefas sejamos cada vez mais profissionais, diligentes, proactivos, responsáveis e eficientes, para melhor servimos os nossos cidadãos.

Tudo isso só será possível se nos esforçarmos, como um todo, em espírito de equipa e de harmonia, para que cuidemos do sector da Justiça, cumprindo com as nossas responsabilidades.



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

Por conseguinte, este Conselho Consultivo vem no sentido de analisarmos as tarefas que se encontram nas nossas mãos, observarmos com muita atenção os grandes desafios que se colocam ao sector da justiça, do qual dependem os nossos cidadãos, possibilitando que estes possam exercer os seus direitos fundamentais de forma plena.

Desejo por isso, que as discussões sejam orientadas, com um espírito de harmonia, humanista e aberto, características que nos definem, tendo em vista a criação de uma melhor perspectiva para a justiça em Angola.

**DECLARO ABERTO O XII CONSELHO CONSULTIVO DO
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS.**

Muito Obrigado.